



MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA

Câmara Municipal

APROVADO

O PRESIDENTE DA CÂMARA
Eng.º Armindo Moreira Palma Jacinto

CONSULTA PRÉVIA POR LOTES

(termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 20.º, artigo 112.º e artigo 114.º do Código de Contratos Públicos, e alterações introduzida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto)

Caderno de Encargos para o fornecimento de bens por LOTES:

Aquisição por LOTES, de contentores, peças de substituição (tampas, fundos, rodízios e asas) e suportes de fixação

Este volume é composto por **011 folhas** devidamente numeradas



ÍNDICE

Cláusula 1.ª Objeto	3
Cláusula 2.ª Contrato	3
Cláusula 3.ª Especificações Técnicas para o fornecimento de bens	4
1. LOCAL / OBJECTO:	4
ENQUADRAMENTO:	4
2. QUANTIDADES:	4
3. PRAZO:	6
4. (APLICÁVEL A TODOS OS LOTES) PAGAMENTO:	6
5. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS / TÉCNICAS BENS A ADQUIRIR:	6
6. DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS BENS SERVIÇOS ADQUIRIR:	6
7. ATRIBUTO NÃO NEGOCIÁVEL	7
8. ENTREGA, CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS	7
9. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR DE BENS:	8
Cláusula 4.ª Objeto do dever de sigilo	8
Cláusula 5.ª Preço contratual	8
Cláusula 6.ª Aquisição de serviços	9
Cláusula 7.ª Resolução / Não cumprimento do contrato	9
Cláusula 8.ª Resolução de litígios - Foro competente	9
Cláusula 9.ª Cessão da posição contratual e subcontratação	9
Cláusula 10.ª Notificações e Comunicações	9
Cláusula 11.ª Contagem dos prazos	10
Cláusula 12.ª Legislação aplicável	10
Cláusula 13.ª Proteção de dados e princípio da transparência	10
Cláusula 14.ª Revisão de Preços	11
Cláusula 15.ª Modificação objetiva do contrato	11



Cláusula 1.ª | Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a CONSULTA PRÉVIA para **Aquisição por LOTES, de contentores, peças de substituição (tampas, fundos, rodízios e asas) e suportes de fixação**, a que se referem os seguintes lotes a concurso:

- **LOTE 1:** Aquisição de contentores com pedal ao abrigo da Proposta n.º 12 do Orçamento Participativo 2023;
- **LOTE 2:** Aquisição de contentores, peças de substituição (tampas, fundos, rodízios e asas) e suportes de fixação.

Cláusula 2.ª | Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos;
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º (Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar) do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º (Aceitação da minuta do contrato) desse mesmo diploma legal, ou seja, **dois dias subsequentes no caso dos procedimentos de ajuste direto ou CONSULTA PRÉVIA**.
5. **O contrato entra em vigor, a partir da data da sua celebração**, e/ou, após a respetiva publicitação, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, Base.gov, como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos.
6. O contrato termina, quando entregues de todos os bens objeto do presente contrato e serviços que lhe estão intrínsecos, se for o caso, esgotada a verba cativa para o presente procedimento, ou terminado o prazo definido para a sua entrega.
7. O prazo de execução / entrega, conforme documentação do procedimento, não poderá ter uma duração máxima de contrato superior a 3 anos.



Cláusula 3.ª | Especificações Técnicas para o fornecimento de bens

1. O fornecedor de bens, obriga-se a prestar o objeto da presente **CONSULTA PRÉVIA POR LOTES** conforme estabelecido nas descrições a seguir indicadas.

1. LOCAL / OBJECTO:

O presente procedimento diz respeito à **Aquisição por LOTES, de contentores, peças de substituição (tampas, fundos, rodízios e asas) e suportes de fixação**, e será entregue o objeto do presente procedimento em **Idanha-a-Nova - Concelho de Idanha-a-Nova**.

ENQUADRAMENTO:

De modo a garantir as condições de salubridade dos contentores de depósito de resíduos sólidos urbanos, é necessário proceder à aquisição de equipamentos novos assim como de peças de substituição para reparação dos contentores existentes danificados.

2. QUANTIDADES:

O presente procedimento é constituído pela **Aquisição por LOTES, de contentores, peças de substituição (tampas, fundos, rodízios e asas) e suportes de fixação**, na modalidade de **CONCURSO VALOR QUANTIDADE**, o qual descreve sucintamente a necessidade da presente aquisição:

- a. De modo a garantir as condições de salubridade dos contentores de depósito de resíduos sólidos urbanos, é necessário proceder à aquisição de equipamentos novos assim como de peças de substituição para reparação dos contentores existentes danificados.

DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS BENS / SERVIÇOS ADQUIRIR

Aquisição de contentores, peças de substituição (tampas, fundos, rodízios e asas) e suportes de fixação de acordo com as características e quantidades a seguir referidas:

- **Lote 1 - Aquisição de contentores com pedal ao abrigo da Proposta n.º 12 do Orçamento Participativo 2023.**

	Descrição	Quantidade
1	Contentor metálico, com 800Lts de capacidade, modelo clássico, tampa metálica e pedal para elevação da tampa 4 rodas giratórias de 180mm, sendo as 2 frontais com travão Chapa frontal em alumínio, com imagem do Brasão a 1 cor, PROIBIDO ESTACIONAR e frase (250x250mm) Autocolantes refletor vermelhos e brancos nos 4 cantos, com 400x100mm Sistema de elevação OSCHNER	13



- **Lote 2 - Aquisição de contentores, peças de substituição (tampas, fundos, rodízios e asas) e suportes de fixação.**

	Descrição	Quantidade
1	Contentor metálico, com 800Lts de capacidade, modelo clássico, tampa metálica 4 rodas giratórias de 180mm, sendo as 2 frontais com travão Chapa frontal em alumínio, com imagem do Brasão a 1 cor, PROIBIDO ESTACIONAR e frase (250x250mm) Autocolantes refletores vermelhos e brancos nos 4 cantos, com 400x100mm Sistema de elevação OSCHNER	70
2	Contentor verde em polietileno, com 800Lts de capacidade 4 rodas giratórias de 180mm, sendo as 2 frontais com travão Autocolantes refletores vermelhos e brancos nos 4 cantos, com 400x100mm Sistema de elevação OSCHNER	25
3	Contentor verde em polietileno, com 1100Lts de capacidade 4 rodas giratórias de 180mm, sendo as 2 frontais com travão Autocolantes refletores vermelhos e brancos nos 4 cantos, com 400x100mm Sistema de elevação OSCHNER	20
4	Serigrafia de Logotipo ou Brasão do Município	45
5	Tampa metálica para contentor metálico de 800Lts, com reforço interior de chapa em calha de 1,5mm, COM dobradiça, que inclui mola e batente de basculação	40
6	Fundo metálico galvanizado p/ contentor metálico de 800Lts, modelo clássico C x L = 1120x745mm	60
7	Rodizio COM Travão 120/BST-180 c/ 180 mm	40
8/	Rodizio SEM Travão 120/BS-180 c/ 180mm	40
9	Asa metálica para contentor metálico	40
10	Asa metálica p/ contentor em polietileno de 800/1000Lts de capacidade, com chapa interior e parafusos para fixação	20
11	Suporte de fixação em tubo inox AISI 304 para contentor com 800Lts de capacidade, COM BATENTE para tampa	15

IMAGEM A COLOCAR NOS CONTENTORES:



3. PRAZO:

- Prazo de ENTREGA dos bens / EXECUÇÃO do Contrato - **120** (Cento e vinte) **Dias**;
- São admitidos prazos de entrega, inferiores ao máximo acima definido.

4. (APLICÁVEL A TODOS OS LOTES) PAGAMENTO:

- O pagamento será realizado de acordo com os fornecimentos efetuados e após Boa entrega dos bens;**
- Mediante as devidas **confirmações / validações das faturas**, pelo responsável do controlo do procedimento, e designado como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, **João José Capelo Jóia**;
- Qualquer pagamento só será efetuado, após a respetiva publicitação, pela entidade adjudicante, no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, [Base.gov](https://base.gov.pt), como condição de eficácia do respetivo contrato, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos;

5. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS / TÉCNICAS BENS A ADQUIRIR:

O presente procedimento é constituído pela aquisição de **Aquisição por LOTES, de contentores, peças de substituição (tampas, fundos, rodízios e asas) e suportes de fixação**, nomeadamente em tudo o descrito e quantificado no número seguinte:

6. DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS BENS | SERVIÇOS ADQUIRIR:

Lote 1 - Aquisição de contentores com pedal ao abrigo da Proposta n.º12 do Orçamento Participativo 2023

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	13	UN	Contentor metálico, com 800Lts de capacidade, modelo clássico, tampa metálica e pedal para elevação da tampa 4 rodas giratórias de 180mm, sendo as 2 frontais com travão



Município de Idanha-a-Nova

Câmara Municipal

Pessoa Coletiva de Direito Público n.º: 501 121 030

Divisão Financeira e Patrimonial
Aprovisionamento

AQUISIÇÃO / FORNECIMENTO DE BENS - **PROCESSO DFP-APR PCB075-2024**

			Chapa frontal em alumínio, com imagem do Brasão a 1 cor, PROIBIDO ESTACIONAR e frase (250x250mm) Autocolantes refletores vermelhos e brancos nos 4 cantos, com 400x100mm Sistema de elevação OSCHNER
--	--	--	--

Lote 2 - Aquisição de contentores, peças de substituição (tampas, fundos, rodízios e asas) e suportes de fixação

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO
1	70	UN	Contentor metálico, com 800Lts de capacidade, modelo clássico, tampa metálica 4 rodas giratórias de 180mm, sendo as 2 frontais com travão Chapa frontal em alumínio, com imagem do Brasão a 1 cor, PROIBIDO ESTACIONAR e frase (250x250mm) Autocolantes refletores vermelhos e brancos nos 4 cantos, com 400x100mm Sistema de elevação OSCHNER
2	25	UN	Contentor verde em polietileno, com 800Lts de capacidade 4 rodas giratórias de 180mm, sendo as 2 frontais com travão Autocolantes refletores vermelhos e brancos nos 4 cantos, com 400x100mm Sistema de elevação OSCHNER
3	20	UN	Contentor verde em polietileno, com 1100Lts de capacidade 4 rodas giratórias de 180mm, sendo as 2 frontais com travão Autocolantes refletores vermelhos e brancos nos 4 cantos, com 400x100mm Sistema de elevação OSCHNER
4	45	UN	Serigrafia de Logotipo ou Brasão do Município
5	40	UN	Tampa metálica para contentor metálico de 800Lts, com reforço interior de chapa em calha de 1,5mm, COM dobradiça, que inclui mola e batente de basculação
6	60	UN	Fundo metálico galvanizado p/ contentor metálico de 800Lts, modelo clássico C x L = 1120x745mm
7	40	UN	Rodizio COM Travão 120/BST-180 c/ 180 mm
8	40	UN	Rodizio SEM Travão 120/BS-180 c/ 180mm
9	40	UN	Asa metálica para contentor metálico
10	20	UN	Asa metálica p/ contentor em polietileno de 800/1000Lts de capacidade, com chapa interior e parafusos para fixação
11	15	UN	Suporte de fixação em tubo inox AISI 304 para contentor com 800Lts de capacidade, com batente para tampa

7. ATRIBUTO NÃO NEGOCIÁVEL

Não se aplica.

8. ENTREGA, CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS

De acordo com o definido na presente cláusula.



9. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR DE BENS:

As previstas no presente caderno de encargos em conjugação com o determinado no CCP e legislação conexas.

Cláusula 4.ª | Objeto do dever de sigilo

1. O fornecedor de bens deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Idanha-a-Nova, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor de bens ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 5.ª | Preço contratual

1. Pelos bens a fornecer, objeto do contrato e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, o Município de Idanha-a-Nova deve pagar ao fornecedor de bens a quantia total de **74.631,00€** (Setenta e quatro Mil seiscientos e trinta e um Euros), excluído o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, a que se referem os seguintes valores parciais para cada lote a concurso:
 - a. **LOTE 1: Aquisição de contentores com pedal ao abrigo da Proposta n.º 12 do Orçamento Participativo 2023**, pelo valor de **7.696,00€** (Sete Mil e seiscientos e noventa e seis Euros), não incluído o valor do IVA à taxa legal em vigor; e
 - b. **LOTE 2: Aquisição de contentores, peças de substituição (tampas, fundos, rodízios e asas) e suportes de fixação**, pelo valor de **66.935,00€** (Sessenta e seis Mil e novecentos e trinta e cinco Euros), não incluído o valor do IVA à taxa legal em vigor;
2. O valor base foi definido em função da consulta informal ao mercado efetuada pelos serviços requisitantes, com vista à recolha de estimativa orçamental para os serviços a prestar.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].
4. O preço a que se refere o n.º 1 é pago, após conferência pelo Serviço responsável e/ou requisitante.



Cláusula 6.ª | Aquisição de serviços

1. Mais informam estes serviços, devido à natureza da presente aquisição (AQUISIÇÃO DE BENS) que não existe lugar ao cumprimento do **artigo 39.º e 40.º da Lei n.º 24-D de 30 de dezembro de 2022** - Que aprova o Orçamento do Estado para 2023, com as necessárias adaptações. Exclui-se também desse cumprimento, os contratos mistos cujo tipo contratual preponderante não seja o da aquisição de serviços ou em que o serviço assuma um caráter acessório da disponibilização de um bem.

Cláusula 7.ª | Resolução / Não cumprimento do contrato

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Idanha-a-Nova pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, comunicada por qualquer meio escrito.

Cláusula 8.ª | Resolução de litígios - Foro competente

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal Administrativo de Círculo de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 9.ª | Cessão da posição contratual e subcontratação

1. Na falta de estipulação contratual ou quando outra coisa não resultar da natureza do contrato, são admitidas a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos do definido nos artigos 316.º e seguintes do CCP - CAPÍTULO VI - Cessão da posição contratual e subcontratação.

Cláusula 10.ª | Notificações e Comunicações

1. As notificações previstas no CCP devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Todas as comunicações entre a entidade adjudicante ou o júri do procedimento e os interessados, os candidatos, os concorrentes ou o adjudicatário relativo à fase de formação do contrato devem ser escritas e redigidas em português e efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
3. Na falta de estipulação contratual, as comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas pelos meios a que se refere o número anterior, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
4. Para efeitos de comunicações relativas à fase de execução do contrato, as partes devem identificar no mesmo as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico, o número de telecópia e o endereço postal.
5. No contrato podem as partes estipular que a validade das comunicações efetuadas por



correio eletrónico fique sujeita à condição da sua utilização obedecer a requisitos suplementares.

6. As comunicações ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P., previstas no CCP devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

Cláusula 11.ª | Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
2. Sem prejuízo da possibilidade de fixação de um prazo superior no programa do procedimento ou no convite, os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **66 dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Em virtude da não fundamentação, o prazo de vigência do contrato a celebrar não pode exceder três anos, para contratos de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços.

Cláusula 12.ª | Legislação aplicável

1. O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente o Código dos Contratos Públicos, suas alterações e legislação conexa.

Cláusula 13.ª | Proteção de dados e princípio da transparência

1. O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando “o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”.
2. Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.
3. Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.
4. **Nestes termos dispõe ainda o Código dos Contratos Públicos, a introdução de melhorias e aperfeiçoamentos ao regime vigente, bem como, a introdução de medidas de transparência e boa gestão pública. Deste modo entende-se que a formação dos contratos aplicam-se os princípios gerais da contratação pública, em especial, também o da transparência, deste modo, e sem prejuízo do disposto nos números anteriores, relativamente à aplicação do Regulamento Geral sobre a**



Município de Idanha-a-Nova
Câmara Municipal

Pessoa Coletiva de Direito Público n.º: 501 121 030

Divisão Financeira e Patrimonial
Aprovisionamento

AQUISIÇÃO / FORNECIMENTO DE BENS - **PROCESSO DFP-APR** **PCB075-2024**

Proteção de Dados, a todos os contratos públicos no âmbito do CCP, deverá ser aplicado o princípio da transparência, princípio este, que se sobrepõe ao ora citado RGPD.

Em súmula, previnem-se todos os concorrentes, candidatos e/ou interessados da sobreposição do PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA no âmbito do CCP (Código dos Contratos Públicos) ao RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Cláusula 14.ª | Revisão de Preços

1. Durante o contrato não haverá lugar a revisão de preços.

Cláusula 15.ª | Modificação objetiva do contrato

1. O contrato pode ser objeto de modificação nos termos previstos no CAPÍTULO V - Modificações objetivas do contrato, no artigo 311.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.